

ÍNDICE

.....

Prefácio	7
Resumo	17
Introdução	19
a) Apresentação geral da problemática	19
b) Enunciação da problemática	31
1. Premissa axiológica para interpretação da oposição da execução de regresso do menor: das exceções ao não-retorno	41
1.1. Primeiras observações	41
1.2. Escopos protetivos do RBII <i>ref.</i>	53
2. A DISSONÂNCIA ENTRE O TEDH E O TJUE NA APLICAÇÃO DA EXCEÇÃO DO ART. 13.º DA CH DE 1980	61
2.1. VIRAGEM JURISPRUDENCIAL DO TRIBUNAL EUROPEU DOS DIREITOS DO HOMEM	61
2.1.1. O caso <i>Phostira Efthymiou e Ribeiro Fernandes v. Portugal</i>	68
2.2. Aporias interpretativas das exceções ao não-retorno após o julgamento do caso <i>Neulinger e Shuruk v. Suíça</i>	72
2.2.1. O diálogo entre tribunais: explícito ou implícito?	73
2.2.2. Decisão de mérito às avessas e o tendenciamento do TEDH	80

3. «Le mouvement nécessaire des choses»	95
3.1. Alteração das circunstâncias da deslocação ilícita de menor	95
3.2. Violência doméstica na Europa: Relatório do GREVIO	108
3.2.1. Relatório do GREVIO em relação a Itália	109
3.2.2. RELATÓRIO DO GREVIO EM RELAÇÃO A PORTUGAL	122
3.3. Primeiras conclusões e outras inquirições	134
4. Proteção da mulher contra a violência doméstica e o RBII <i>ref</i>: uma oposição?	137
4.1. Porquê a Convenção de Istambul?	137
4.1.1. Necessidade de aplicação da Convenção de Istambul	137
4.1.2. Aspetos da Convenção de Istambul	142
4.1.3. Percurso de ratificação	147
4.2. Descompasso entre a Convenção de Istambul e o Regulamento de Bruxelas (2019/1111)	149
4.2.1. Caso <i>Juana Rivas v. Francesco Arcuri</i>	149
4.2.2. O Regulamento de Bruxelas II (2019/1111) e as medidas cautelares cíveis: «triângulo normativo»	155
4.2.3. Paradoxo da violência (in)direta sobre o menor	164
4.2.4. Proposta de alteração do Regulamento de Bruxelas II (2019/1111): executoriedade das medidas cautelares cíveis de proteção à mulher no estado de origem	171
Conclusão	191
Referências	195